

MUDAR PARA PERMANECER: O ATRASO DA AGRICULTURA BRASILEIRA SOB PERSPECTIVA COMPARADA (SÉCULOS XIX E XX)

Marcio Both¹

Resumo: Amparado na comparação entre dois períodos históricos diferenciados em que o tema da agricultura e seu atraso ocupou lugar de destaque, este artigo busca construir explicações e análises que ajudem a lançar luz e a compreender o quanto na história do Brasil as mudanças têm o sentido de garantir a reprodução das estruturas sociais. Portanto, pouco ou quase nada exercem impactos profundos sobre a realidade social do país e, mais detidamente, sobre as desigualdades históricas que a caracterizam. Para realizar esse objetivo, serão desenvolvidas análises comparativas entre o meado do século XIX (1860-1880) e o meado do século XX (1960-1980). O foco da investigação será os debates realizados e as providências executadas nesses dois momentos históricos e que tinham por mote dar a agricultura brasileira novos desenvolvimentos.

Palavras-chave: Agricultura; Atraso; Melhoramento; Modernização.

CHANGE TO LAST: THE BACKWARDNESS OF BRAZILIAN AGRICULTURE FROM A COMPARATIVE PERSPECTIVE (19TH AND 20TH CENTURIES)

Abstract: Based on the comparison between two different historical periods in which the topic of agriculture and its backwardness occupied a prominent place, this article seeks to build explanations and analyzes that help to shed light and understand how much in the history of Brazil the changes have meaning guaranteeing the reproduction of social structures. Therefore, little or almost nothing has a profound impact on the country's social reality and, more particularly, on the historical inequalities that characterize it. To achieve this goal, comparative analyzes will be developed between the mid-19th century (1860-1880) and the mid-20th century (1960-1980). The focus of the investigation will be the debates carried out and the measures taken in these two historical moments, whose motto was to give Brazilian agriculture new developments.

Keywords: Agriculture; Backwardness; Improvement; Modernization.

Melhoramento, modernização e atraso: uma história

O atraso parece ser assunto onipresente na literatura que tratou de abordar aspectos relacionados a história da agricultura no Brasil. Ao lado dele também tem lugar de destaque o tema da modernização, palavra recente que, no léxico dessas discussões, invariavelmente desempenha o papel de cônjuge do atraso. Por conseguinte, quando este é mencionado, na maioria das vezes o que vem na sequência é a proposição de providências voltadas a superá-lo, as quais ultimamente vem sendo chamadas de medidas modernizadoras, isto é, voltadas a modernização.

¹ Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Email: marcioboth@gmail.com

No entanto, o casamento entre o par dicotômico “atraso”/“modernização” aconteceu muito recentemente, é datado de meados do século XX, a partir de quando, “modernização” passou a ser o termo corriqueiramente utilizado pelas “ciências sociais para definir as transformações das sociedades consideradas *tradicionais* – em outra terminologia, *subdesenvolvidas* – em direção ao modelo urbano industrial”.² Até essa época, no caso do Brasil, mais precisamente ao longo dos séculos XVIII e XIX, sempre que o atraso da agricultura era assunto de discussão, as propostas voltadas a sua superação eram abrangidas pelos processos então chamados de “melhoramento da agricultura”. Noção que, como demonstram Raymond Williams e Ellen Wood, na Inglaterra passou a ser usada no sentido de superação do atraso, de aumento da lucratividade do trabalho agrícola, da sua tecnificação e do uso do conhecimento científico na agricultura, a partir do século XVII.³

Por sua vez, uma análise atenta da literatura produzida no Brasil nas décadas finais do século XVIII e durante todo o século XIX, que tinha como mote discutir a agricultura no país, também demonstra o uso corriqueiro da palavra “melhoramento”. Sempre que aplicada ela buscava tratar das proposições e medidas voltadas a dar novos direcionamentos e aperfeiçoamentos a agricultura brasileira. Exemplos disso podem ser encontrados no “Discurso sobre o melhoramento da economia rústica do Brasil”, livro de autoria do padre José Gregório de Moraes Navarro, publicado em 1799.⁴

Na mesma perspectiva, o “Manual do Agricultor Brasileiro”, de Carlos Augusto Taunay, publicado na década de 1830, afirma ter por objetivo suprir “a falta quase absoluta de guia e livros” para orientar os agricultores no Brasil. Segundo Taunay, o seu manual seria de grande importância para apresentar métodos e técnicas mais eficientes ou voltadas ao “melhoramento” daquelas que vinham sendo

² FARIA, Sheila de Castro. Modernização. In: VAINFAS, Ronaldo (dir.). **Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002. p. 537. (Grifos no original).

³ WOOD, Ellen Meiksins. **A origem do capitalismo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001 e WILLIAMS, Raymond. **Palavras-chave: um vocabulário de cultura e sociedade**. São Paulo: Boitempo, 2007.

⁴ NAVARRO, José Gregório de Moraes. **Discurso sobre o melhoramento da economia rústica do Brasil, pela introdução do arado, reforma das fornalhas, e conservação de suas matas**. Lisboa: Of. de Simão Thaddeo Ferreira, MDCCXCIX (1799).

até então tradicionalmente empregadas na agricultura.⁵ Do mesmo modo, datado da década de 1860, o livro de Sebastião Ferreira Soares, “Notas estatísticas sobre a produção agrícola e a carestia de gêneros alimentícios no Império do Brasil”, apresenta providências que vinham sendo adotadas e que deveriam ser empregadas ou incrementadas para o “melhoramento” da agricultura.⁶

O tema do atraso e do melhoramento teve ampla repercussão durante o oitocentos e, amarrado a ele, também é possível localizar, na história do Império, a adoção de uma série de providências governamentais e particulares voltadas a lidar com o problema. Contudo, as análises sobre medidas executadas têm demonstrado que os resultados obtidos foram bastante limitados. Ao estudar esta questão para o caso da província do Rio Grande do Sul, Paulo Zarth conclui que, mesmo diante da execução de uma série de ações por parte dos governos imperial e provincial, devido a fatores diversos “as propostas de transformações contidas nos discursos, desde o início do Império, se processaram de forma (...) muito lenta e incompleta”.⁷ Característica que não se restringe a província de São Pedro, pois também pode ser verificada em relação a outras províncias do Brasil. Por conseguinte, em decorrência de situações como esta e outras que serão abordadas no decorrer deste artigo, o atraso é uma das notas mais tocadas quando o assunto é a agricultura brasileira no século XIX, mas, juntamente com ela, também era repercutida a nota do melhoramento.

Porém, ao ultrapassarmos as fronteiras deste século e acompanharmos a história desses debates é possível verificar que, ao longo do século XX, no lugar do “melhoramento” entra a “modernização”, sem que o tema do atraso perca seu protagonismo. Na verdade, ele continua constante nas discussões que são travadas sobre a agricultura brasileira até muito recentemente. Contudo, isso não significa que o discurso do atraso tenha permanecido o mesmo por todo esse tempo. Como buscarei demonstrar, ele ganhou diferentes significados ao longo da história. Assim,

⁵ TAUNAY, Carlos Augusto. **Manual do Agricultor Brasileiro**. Rio de Janeiro: Tipografia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve e Comp., 1839. p. 8.

⁶ SOARES, Sebastião Ferreira. **Notas estatísticas sobre a produção agrícola e carestia de gêneros alimentícios no Império do Brasil**. Rio de Janeiro: Tip. Imp. e Const. de J. Villeneuve e Comp., 1860.

⁷ ZARTH, Paulo Afonso. **Do Arcaico ao Moderno: o Rio Grande do Sul agrário do século XIX**. Ijuí: Unijui, 2002. p. 286.

estamos diante de uma palavra complexa, muitas vezes escorregadia e que foi utilizada para nomear diferentes coisas em diferentes tempos.

Em consequência, o seu conteúdo e os processos que abarca podem mudar de acordo com o contexto social e político, mas também de quem está implicado no seu emprego. Não bastasse isso, trata-se de uma noção que carrega dentro de si alguns significados problemáticos, pois geralmente tudo aquilo que é alocado sob a rubrica do “atraso” está em processo de crítica e o objetivo final é a superação do que está sendo criticado. Por conseguinte, para que esta aconteça, também de forma invariável, o que se pretende superar é tratado de forma pejorativa, sendo que o sucesso da empreitada depende de uma série de variáveis.

Uma delas, nos diz que a capacidade que as palavras nominativas – os conceitos em geral – têm de interferir no mundo é proporcional ao poder mobilizado por aqueles que as pronunciam. Ou, para ser mais preciso, o que faz o poder das palavras, em especial, “das palavras de ordem”, isto é, daquelas palavras que têm o “poder de manter a ordem ou de a subverter, é a crença na legitimidade das palavras e daquele que as pronuncia, crença cuja produção não é da competência das palavras”,⁸ pois envolve o mundo de relações em que elas são produzidas, manejadas e aplicadas.

Nesta senda e para aprofundar os debates sobre a questão do atraso da agricultura, seus motivos e objetivos, as discussões que aqui serão desenvolvidas são inspiradas no primeiro capítulo do livro “História da Agricultura Brasileira” de autoria Maria Yedda Linhares e Francisco Carlos Teixeira, publicado em 1981.⁹ Trata-se da análise comparativa que os autores realizam entre as mudanças que caracterizaram a agricultura no Brasil da metade dos séculos XIX e XX. Assim, a luz das análises recentemente produzidas sobre o assunto e muito inspirado nos desafios apresentados por Linhares e Teixeira sobre a história social da agricultura no Brasil,¹⁰ as reflexões que aqui serão desenvolvidas buscam discutir os

⁸ BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand, 1989. p. 15.

⁹ LINHARES, Maria Yedda; TEIXEIRA, Francisco Carlos. **História da Agricultura Brasileira: combates e controvérsias**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

¹⁰ Sobre este tema, ver: MOTTA, Márcia; GUIMARÃES, Elione. História social da agricultura revisitada: fontes e metodologia de pesquisa. **Diálogos**, Maringá, v. 11, n. 3, p. 95-117, 2007.

significados do atraso nesses dois diferentes contextos, bem como os conteúdos e as implicações das providências tomadas e que tinham como objeto a sua superação.

O objetivo da investigação será aprofundar a análise comparativa entre esses dois momentos históricos tendo como foco os impactos das medidas adotadas e que tinham como fito a superação do atraso da agricultura brasileira. Ao fazer isto, a intenção é conhecer e debater as semelhanças e diferenças entre esses dois períodos, bem como o quanto umas e outras podem nos ajudar a entender algumas particularidades da história do Brasil. Essas reflexões serão desenvolvidas levando em consideração os limites e potencialidades em se realizar análises comparativas entre dois períodos históricos diversos e tendo como foco um mesmo conjunto de variáveis.¹¹ Assim, metodologicamente a argumentação que aqui será desenvolvida terá como alicerce, no caso do século XIX, alguns discursos coevos, produzidos em diferentes momentos desse século e que tinham como foco a agricultura, seu atraso e seu melhoramento.

Por sua vez, relativamente ao meado do século XX, a análise não estará direcionada a tratar de fontes primárias propriamente ditas, mas o foco é a análise da historiografia produzida sobre esse período e que buscou discutir os temas relativos ao processo de modernização da agricultura. Todavia, não estamos tratando aqui de metodologias de análise diferenciadas, mas de pontos de partida diversos. Isto se justifica porque seria impossível no contexto deste artigo realizar uma análise detida de todo um conjunto bastante vasto de documentos. Além disso, as discussões realizadas sobre as transformações pelas quais a agricultura passou na segunda metade do século XX, seja no campo da história, da sociologia ou da antropologia (das humanidades em geral), como afirmado, já foi objeto de amplos debates, sendo que a base de tais análises é exatamente a documentação coeva ao período.

Para começar, o primeiro destaque a ser feito é o de que em suas análises, Linhares e Teixeira demonstram que até a década de 1980 o Brasil conheceu três momentos em que sua agricultura passou por crises profundas que exigiram alterações no seu padrão de desenvolvimento. O primeiro deles foi a virada do

¹¹ Sobre o tema, ver: BARROS, José D'Assunção. História Comparada. Um novo modo de ver e fazer a história. **Revista de História Comparada**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 1-30, 2007.

século XVIII para o XIX, quando da crise do sistema colonial e todos os processos que lhes são característicos: queda na produção de metais preciosos, retorno a agricultura e mudanças no plano mundial (revolução americana e francesa, ascenso do liberalismo, revolução industrial inglesa). O segundo momento de crise foi no meio do século XIX, quando do “desenvolvimento industrial na Europa e nos Estados Unidos” que, no Brasil, é acompanhado por uma série de mudanças e reformas: abolição gradual do trabalho escravo, crise de abastecimento, alterações no sistema financeiro, fiscal, administrativo e político. O terceiro, ocorreu no após a Segunda Guerra Mundial, numa conjuntura “marcada pelas tensões da ‘Guerra Fria’ e pela disputa ideológica entre capitalismo e socialismo”.¹²

A partir da identificação desses momentos e de sua caracterização geral, os autores aprofundam as comparações entre o segundo e o terceiro, mas tomam como referência as diferentes interpretações produzidas em cada um desses dois contextos para os processos que estavam em curso. Não é o caso de apresentar aqui e com profundidade de detalhes os meandros das análises produzidas por Linhares e Teixeira, mas destacar que eles demonstram que nestas diferentes discussões, elaboradas em diversos momentos históricos, o tema do atraso está presente. Assim, para avançar na análise, este artigo se propõe a abordar mais detidamente um dos aspectos que se sobressai na comparação, trata-se dos diferentes efeitos que as políticas adotadas pelo Estado e voltadas a desenvolver a agricultura efetivamente tiveram. Neste sentido, destaca-se o fato de que a eficácia dos processos e medidas postas em curso entre as décadas de 1960 e 1980, comparativamente ao que aconteceu no meado do século XIX, foi significativamente mais ampla. Quanto a localização temporal específica dos períodos aqui chamados de “meado do século XIX” e “meado do século XX”, no primeiro caso trata-se dos anos decorridos entre as décadas de 1860 e 1880, conjuntura em que os assuntos relativos a agricultura ficaram sob a gerência do Ministério dos Negócios da Agricultura e Obras Públicas, criado em 1861. No segundo caso, a referência está diretamente relacionada aos anos entre 1960 e 1980, quando o Brasil viveu a experiência da ditadura militar.

¹² LINHARES, Maria Yedda Leite; TEIXEIRA, Francisco Carlos. *Op. Cit.*, p. 17.

Estes são dois momentos nos quais a agricultura brasileira conheceu uma série de mudanças que impactaram diretamente a sua história.

A diferença entre esses dois períodos relativamente a este fator é tão marcante que alguns estudiosos sobre o tema têm destacado que o Brasil apenas conheceu de forma efetiva um amplo e eficaz processo de modernização de sua agricultura no contexto da segunda metade do século XX. Assim e no geral, as pesquisas sobre o assunto tendem a concordar que “a rigor, a chamada ‘modernização da agricultura’ brasileira somente ocorreria após a implantação do regime militar no país” na década de 1960.¹³

Um dos fatores que está na base disso e que ajuda a entender o fenômeno é o de que, desse momento em diante, o Brasil passou a conhecer a execução de uma série de medidas que estavam implicadas a um movimento que alcançou repercussão em diferentes regiões do mundo. Trata-se da chamada Revolução Verde,¹⁴ um programa internacional elaborado e gerenciado por empresas, entidades da sociedade civil, Estados-nação, bancos e agências estatais, o qual tinha relação direta com as questões relacionadas a Guerra Fria e aos embates entre socialismo e capitalismo característicos da época. De todo modo, mesmo considerando algumas diferenças importantes entre os dois contextos, tais como a aqui citada, uma análise detida sobre eles, indica que, embora separados temporalmente por cem anos de distância, existe certa processualidade que os conecta de uma forma bastante interessante.

Por conseguinte, o desafio que esta análise se propõe a enfrentar é o de demonstrar que há uma instigante interligação entre o que aconteceu no universo agrário brasileiro no meado do século XIX e no meado do século XX. Vários são os fatores que demonstram isso, mas neste artigo será abordado de forma mais detida

¹³ MOTTA, Márcia; MENDONÇA, Sônia Regina de. Modernização da agricultura. In: MOTTA, Marcia. **Dicionário da Terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 308.

¹⁴ “A chamada ‘Revolução Verde’ foi um programa que tinha como objetivo explícito contribuir para o aumento da produção e da produtividade agrícola no mundo, através do desenvolvimento de experiências no campo da genética vegetal para criação e multiplicação de sementes adequadas às condições dos diferentes solos e climas e resistente às doenças e pragas, bem como da descoberta e aplicação de técnicas agrícolas e tratos culturais mais modernos e eficientes. Através dessa imagem humanitária, ocultavam-se, no entanto, poderosos interesses econômicos e políticos ligados à expansão e fortalecimento das grandes corporações a caminho da transnacionalização”. BRUM, Argemiro Jacob. **Modernização da Agricultura**. Trigo e Soja. Petrópolis: Vozes, 1988. p. 44.

o problema da imigração e da colonização. Este era um dos principais eixos que sustentava a política de melhoramento da agricultura desenvolvidos pelo Império e articulados pelo Ministério dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas.¹⁵ Além disso, foi uma das ações cuja prática causou impactos marcantes na forma como estava organizada a paisagem rural brasileira, principalmente na região sul do Brasil. Por sua vez e como veremos, no século XX, as áreas que foram objeto da política de colonização do Império e as populações formadas pelos descendentes dos imigrantes que aportaram em terras brasileiras incentivados por esta política, estiveram diretamente implicados na política de modernização da agricultura desenvolvida no contexto dos governos militares.

Assim sendo e para dar conta dos objetivos apresentados, o artigo está organizado em quatro partes distintas. Uma primeira mais introdutória e que ora está sendo finalizada. A segunda tem por motivo apresentar um panorama geral da agricultura no Brasil do século XIX e das explicações sobre o atraso então veiculadas. O foco da análise estará direcionado a tratar de algumas publicações que vieram à luz em formato de livro no século XIX e que tinham como tema, principal ou correlato, a agricultura. A terceira parte terá como foco discutir alguns aspectos relacionados a política de modernização da agricultura executada no Brasil entre 1960 e 1980. Neste trecho a questão das rupturas e das permanências será desdobrado a partir da análise dos efeitos no longo prazo da política de imigração e colonização desenvolvida pelo Império a partir de 1850. Na quarta parte, por fim, serão desenvolvidas algumas considerações conclusivas.

Agricultura e atraso, século XIX

São muitos os temas e as interpretações produzidas durante o século XIX sobre o tema da agricultura, seu atraso e seu melhoramento e elas variam de acordo com um sem número de fatores. Assim, para termos um ponto de partida, tomarei como referência a síntese dessa questão elaborada por André Pinto Rebouças em seu “Agricultura Nacional. Estudos Econômicos”, livro que foi publicado na década

¹⁵ Para conhecer a história, os motivos e os objetivos desse Ministério, ver: GABLER, Louise. **A Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas e a modernização do Império (1860-1891)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2012.

de 1880 e que apresenta interpretações importantes sobre a agricultura brasileira da época.¹⁶

Em suas análises, Rebouças apresenta aqueles que eram consensualmente considerados os cinco principais problemas que afetavam a agricultura e que, segundo seu ponto de vista, estavam na base de seu atraso. Eram eles: i) a falta de conhecimentos profissionais; ii) a escassez de capitais; iii) a carência de braços; iv) a falta de estradas e v) os elevados impostos de exportação. É importante registrar que não foi de maneira aleatória e isolada que o autor chegou a estes fatores, pois foi buscá-los nas considerações enviadas pelas autoridades provinciais à uma circular emitida pelo Ministério da Fazenda, datada de 18 de outubro de 1873, a qual tinha por mote discutir o “estado da agricultura nacional”.

A partir dos dados presentes nas respostas provinciais, ao longo de seu livro, Rebouças desenvolve uma série de análises voltadas a descrever os conteúdos e significados econômicos, sociais, políticos e culturais destes fatores. Igualmente, é objeto de sua atenção o impacto deles em termos do “entorpecimento da lavoura” nas diferentes províncias do Império que haviam respondido a circular do Ministério da Fazenda.

Um dos aspectos importantes do livro de Rebouças, comparativamente a maior parte das publicações da época, é o de que alguns dos traços que comumente eram definidos como características inatas dos brasileiros e que supostamente implicavam no atraso geral da agricultura, são analisadas em sua conotação histórica e social. Dessa forma, assuntos como a suposta indisposição do brasileiro para o trabalho (um dos temas discutidos quando o problema era a “falta de braços” para o trabalho), do ponto de vista deste autor, eram antes consequência de problemas históricos e sociais do que de natureza ou degeneração, como corriqueiramente se afirmava na época. Para Rebouças, não havia falta de braços para o trabalho no Brasil, o que ocorria era uma desvalorização e uma subutilização dos trabalhadores brasileiros. Situação que estava sustentada em leituras

¹⁶ Personagem importante no contexto do final do século XIX, que teve atuação destacada no contexto do movimento abolicionista. Para conhecer aspectos de sua trajetória, ver: JUCÁ, Joselice. **André Rebouças reforma e utopia no contexto do Segundo Império: quem possui a terra possui o homem**. Rio de Janeiro: Odebrecht, 2001; ALONSO, Ângela. **Flores, votos e balas: o movimento abolicionista brasileiro (1868-1888)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

preconceituosas sobre a sociedade, as quais buscavam realizar os interesses de alguns setores sociais conservadores e retrógrados, mais diretamente dos escravagistas.¹⁷

Articulados aos cinco fatores apontados por Rebouças, existiam alguns outros assuntos que têm certa recorrência nas discussões, mas são mais dispersos. Dentre eles, convém destacar os debates travados sobre os impactos da “natureza abundante” no sentido de refrear a disposição dos brasileiros em geral para o trabalho; a presença da grande propriedade que, para alguns, repercutia no mau aproveitamento das terras e na exclusão de um sem número de pessoas do acesso a propriedade, mas, para outros, era a maneira mais apropriada de realizar a agricultura no Brasil.

Nessa mesma linha, a presença indígena, sua catequização e inserção no “grêmio da civilização” em alguns textos e espaços, também era objeto de análises.¹⁸ André Rebouças, por exemplo, escrevia que somando os indígenas que viviam no sertão, os quase “um milhão de mestiços que, segregados do mundo por falta de vias de comunicação, quase nada concorrem no movimento comercial do país” e os “perto de um milhão de seres que a rotina e a ignorância conservam na escravidão, e que não produzem metade do que poderiam produzir se fossem livres”, o Brasil possuía cerca de “três milhões de homens desaproveitados e mal aproveitados, em um país que se clama todo dia por falta de braços”.¹⁹

No geral, as pessoas que estavam envolvidas nestas polêmicas, não se limitavam apenas a apontar os problemas e seus motivos, mas igualmente desenvolviam propostas de superação. Por seu turno, as soluções projetadas, assim como as razões do atraso giravam em torno de temas que pouco mudaram ao longo do tempo.²⁰ Contudo, o sentido e a preponderância de alguns deles no quadro geral

¹⁷ Neste sentido, escrevia Rebouças: “a grita por falta de braços é quase sempre a hipócrita lamentação dos velhos druidas do escravagismo, suspirando pelos ominosos tempos em que era possível comprar um homem por oitenta mil réis”. Cf. REBOUÇAS, André. **Agricultura Nacional. Estudos Econômicos**: propaganda abolicionista e democrática. Recife: Fundaj, Editora Massangana, 1988. p. 50.

¹⁸ Para conhecer alguns aspectos gerais sobre a política indigenista do Império, ver: SAMPAIO, Patrícia Melo. Política indigenista no Brasil Imperial. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (org.). **O Brasil Imperial (1808-1889)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p. 175-206.

¹⁹ REBOUÇAS, André. *Op. Cit.*, p. 50.

²⁰ Ao analisar o “pensamento político e a crítica ambiental no Brasil escravista”, entre 1786 e 1888, José Augusto Pádua, verifica que neste caso em específico ocorre situação semelhante. Ver: PÁDUA,

das explicações variava de acordo com diferentes fatores e situações. Na mesma perspectiva, alguns temas eram partilhados de forma bastante corriqueira, mesmo que o significado e o direcionamento das análises variassem de autor para autor ou de período para período.

Nesse universo, no conjunto das discussões, o assunto mais recorrente, sem dúvidas, foi o da escravidão e de sua relação com a agricultura. Relativamente a esta matéria, as análises desenvolvidas e posições adotadas durante o oitocentos podem ser subdivididas em quatro principais. A mais presente nos debates e que conseguiu se impor em relação as outras, tendo inclusive maior nível de interferência social e política, defendia o ponto de vista de que a escravidão era um “malefício”, mas sem o qual a agricultura no Brasil desapareceria.

Portanto, considerava que mesmo diante dos problemas que representava, seja em termos da baixa produtividade do trabalho escravo e do fato de que a presença negra, segundo alguns analistas, vinha atuando negativamente nos costumes e na moral dos brasileiros, a sua manutenção era essencial. Exemplo desse tipo de leitura pode ser localizado no “Manual do Agricultor Brasileiro” de Carlos Taunay, supracitado, livro que realizou uma das sínteses mais refinadas desse ponto de vista e que buscou explorar as suas principais potencialidades em termos de justificar e manter a escravidão no Brasil.

Há um segundo segmento de leituras sobre a escravidão e a agricultura, o qual se caracterizava por adotar um posicionamento contrário ao regime escravocrata. Neste universo se destacam os já mencionados Sebastião Ferreira Soares e André Pinto Rebouças. Homens que desenvolviam análises sobre o problema voltando seu olhar para questões históricas, sociais e econômicas e definiam que um dos principais motivos, senão o principal, do atraso da agricultura brasileira, ao contrário do que era voz corrente, era exatamente a presença do trabalho escravo no Brasil.

O terceiro bloco de leituras que compõe esse universo de discussão é formado por pessoas que apresentavam argumentos e proposições críticas e contrárias a escravidão. Homens que viam nela um dos motivos do atraso, mas que

José Augusto. “**Um sopro de destruição**”: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

não se isentavam de serem proprietários de escravos. Esse é o caso de Antônio José Gonçalves Chaves, autor do “Memórias ecônomo-políticas sobre a administração pública no Brasil”, publicado na década de 1820.²¹ Ainda no que se refere a este tema é possível localizar uma leitura mais difusa (4º segmento), manejada tanto por críticos da escravidão, como por seus defensores. Trata-se da interpretação que entendia que um dos principais motivos do atraso, não só da agricultura, mas do Brasil como um todo, se devia unicamente a presença de negros no país e que uma das principais medidas a serem adotadas para superar tal problema era “desafricanizar a nação”.²² Neste caso, estamos diante de interpretações preconceituosas, geralmente sustentadas na ideia de raça e que também serviram de suporte para embasar os projetos de colonização com imigrantes europeus, para depreciação das populações mestiças e para a crítica das propostas cujo mote era incentivar a entrada de asiáticos – os então chamados “chins” – no Brasil.²³

Juntamente com o tema escravidão/agricultura, outro assunto que tem presença recorrente na bibliografia é o dos métodos agrícolas corriqueiramente usados. Aqui o caráter itinerante da agricultura, o uso do fogo e da enxada como principais ferramentas são objeto de crítica desde o início até o final do século. Ela está presente em obras como o supracitado “Discurso sobre o melhoramento da economia rústica do Brasil” de 1799, mas também pode ser encontrada em livros lançados no final do século, por exemplo, no “O Brasil ilustrado em gravuras” de

²¹ CHAVES, Antônio José Gonçalves. **Memórias ecônomo-políticas sobre a administração pública no Brasil**. Porto Alegre: Companhia União de Seguros, 1978.

²² Ao analisar esta questão, Fernando Antônio Lourenço, menciona como exemplo o caso do Conselho da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional que, em 1848, ao redigir um projeto para criação de uma escola de agricultura, vedava a utilização de mão de obra escrava. Essa orientação, segundo Lourenço, se lastreava sobre o entendimento de que a escravidão era “uma prática desumana e razão de nosso atraso”. Além disso, os membros do Conselho entendiam que “qualquer trabalhador de origem africana, nascido livre ou liberto” era, “além de trabalhador indócil, “um perigoso inimigo doméstico, corruptor de nossos costumes”. LOURENÇO, Fernando Antonio. **Agricultura Ilustrada: Liberalismo e escravismo nas origens da questão agrária brasileira**. Campinas: Unicamp, 2001. p. 149. No mesmo sentido, ao analisar o papel dos intelectuais vinculados ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) na construção do Brasil enquanto nação, Manuel Salgado, destaca a que leitura preponderante na Revista do Instituto era a de que a simples presença do “elemento negro era fator de impedimento ao processo da civilização”. GUIMARÃES, Manuel Luís Salgado. **Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional**. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 1, p. 17, 1988.

²³ Ver: LIMA, Sílvio César de Souza. Os filhos do Império Celeste: a imigração chinesa e sua incorporação a nacionalidade brasileira. In: BIBLIOTECA NACIONAL DIGITAL. **Rede Memória Virtual Brasileira**. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/dossies/rede-da-memoria-virtual-brasileira/alteridades/imigracao-chinesa/>. Acesso em 11/06/ 2020.

Maurício Lamberg, publicado em 1896.²⁴ Poucas são as diferenças de um autor para outro em relação a argumentação produzida.

Entretanto, há registros de autores que debatem o tema dos métodos aplicados na agricultura tendo como foco de suas análises a crítica ao desmatamento e aos impactos que produziam na natureza e na sociedade. Ao fazerem isso, alguns buscavam demonstrar que as práticas agrícolas tradicionalmente utilizadas no Brasil redundavam no esgotamento dos solos ou no aumento paulatino dos períodos de estiagem, repercutindo negativamente na agricultura.²⁵ Este, por exemplo, é o caso do livro “Memória sobre a conservação das matas e arboricultura como meio de melhorar o clima da província do Ceará”, publicado em 1859, de autoria de Thomaz Pompeu de Souza Brasil.²⁶

Outro foco das discussões sobre o atraso tinha como mote a questão da terra e de sua apropriação. Na maior parte do tempo o que prepondera é o silêncio sobre o assunto, mas, ainda que de forma dispersa, é possível verificar a produção de análises que afirmavam que os problemas da agricultura nacional eram consequência direta da concentração fundiária e das dificuldades que as pessoas, principalmente aquelas que estavam envolvidas com a pequena lavoura, tinham em regularizar a situação das terras que ocupavam. Tal postura, com nuances e diferenças que não podem ser ignoradas, pode ser encontrada no já citado livro de Antônio José Gonçalves Chaves (década de 1820) ou nos livros de André Rebouças e Sebastião Soares Ferreira (década de 1860).

A questão da “qualidade” dos agricultores igualmente é constante nas reflexões produzidas. Relativamente a este aspecto, parte expressiva das leituras é orientada pela ideia de raça, assim, é comum encontrar o argumento de que a inferioridade racial dos brasileiros em geral redundava em sua indolência. Todavia, quando a origem do problema não era localizada na questão racial, seu motivo era atribuído a ignorância, a falta de instrução dos agricultores. Para solucionar a

²⁴ LAMBERG, Maurício. **O Brasil ilustrado com gravuras**. Rio de Janeiro: Tipografia Nunes, 1896.

²⁵ Para conhecer os debates travados a época sobre este problema e as diferentes perspectivas adotadas, ver: PÁDUA, Augusto José de. *Op. Cit.*, p. 27-28. Ver também: DEAN, Warren. **A ferro e fogo: a história e a devastação da mata atlântica brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

²⁶ BRASIL, Thomaz Pompeo de Sousa. **Memória sobre a conservação das matas, e arboricultura como meio de melhorar o clima da província do Ceará**. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 1997.

questão racial, uma das alternativas apresentadas era o desenvolvimento de políticas voltadas a atrair imigrantes europeus. Quanto ao problema da ignorância, alguns autores dedicam boa parte de sua atenção para pontuar a necessidade de que o país desenvolvesse políticas voltadas a estabelecer uma rede de instituições direcionadas ao ensino rural. Contudo, alguns deles não deixavam de indicar que, por questões de raça, alguns grupos sociais dificilmente superariam sua situação de atraso ou sua “indolência” por meio da educação.²⁷

A produção de gêneros alimentícios, embora não seja tema de grande recorrência, é lembrado em alguns textos, especialmente nos momentos em que o país enfrenta crises de abastecimento. Contudo e no geral, a maior parte dos livros tem como referência a grande lavoura e a produção dos gêneros voltados a exportação. Neste âmbito, é possível localizar algumas ponderações feitas no sentido de encontrar um ou mais gêneros que poderiam ser produzidos em grande escala. A meta, com isso, era evitar que o país continuasse a sustentar sua economia sobre o alicerce de um único produto, neste caso, o café.

Nesse sentido, Francisco Peixoto Lacerda Werneck, autor do livro “Memória sobre a fundação de uma fazenda na província do Rio de Janeiro”, publicado em 1847, apresentava a expectativa de que chegaria uma época em que a produção do café ruiria no Brasil. Portanto, era importante que previamente os agricultores e o Estado passassem a procurar algum outro gênero em substituição. A leitura de Werneck era sustentada sobre a suposição de que a produtividade do café estava diretamente atrelada a existência de terras virgens. Ponto de vista que, por sua vez, foi amplamente utilizado ao longo do século XIX para tratar da agricultura e legitimar algumas das práticas então utilizadas.²⁸

Todavia, a esta discussão estava atrelado outro debate importante no contexto da literatura da época, o da introdução do arado. Sobre este assunto, é possível encontrar defensores entusiastas desta ferramenta, outros entendem que ela proporcionaria melhorias, mas desde que acompanhada de uma série de mudanças e cuidados. Há também os mais céticos que entendiam que o solo brasileiro não era propício para o uso desta tecnologia. Do mesmo modo, a higiene,

²⁷ Cf: LOURENÇO, Fernando Antônio. *Op. Cit.*, p. 149.

²⁸ Cf: PÁDUA, José Augusto. *Op. Cit.*, p. 50.

a medicina, a ciência, o ensino técnico e a introdução de outros “melhoramentos” são assuntos recorrentes. Eles ganharam mais atenção na medida que o século XIX avançava, mas são onipresentes ao longo do período e invariavelmente tomavam como referência os desenvolvimentos que a agricultura europeia ou a estadunidense haviam experimentado.

Questões de infraestrutura também são corriqueiramente debatidas. Ganha destaque o problema dos transportes, pois no geral há uma concordância que o atraso da agricultura brasileira estava diretamente atrelado a falta ou a má qualidade das estradas existentes no país e as dificuldades de comunicação. Nesse âmbito, o baixo aproveitamento da rede fluvial e a pequena extensão da malha ferroviária eram objeto de grande atenção. Assuntos que, por sua vez, estavam inter-relacionados a questão da atuação estatal, pois em geral tais deficiências eram tratadas como consequência da falta de investimentos do Império para o desenvolvimento da agricultura. Este é outro tema que, juntamente com as discussões sobre a necessidade de estabelecimento de uma rede bancária e de financiamentos da agricultura, é muito recorrente no período.

Em síntese, estes são os assuntos que dominam a pauta de debates sobre a agricultura brasileira no século XIX, sobre seu “atraso” e sobre as possibilidades de seu “melhoramento”. Como é possível verificar, existe uma inter-relação entre os temas da pauta de debates, suas justificativas e explicações variavam de autor para autor e de contexto para contexto, das conexões possíveis entre eles, suas posições sociais e políticas, dos temas abordados em seus textos e dos seus interlocutores (nacionais e estrangeiros).

Entretanto, todos parecem estar conectados pela recorrência de alguns temas e pela partilha de alguns pontos de vista, os quais, por sua vez, são muito intimamente influenciados pela origem social destes homens, em sua maioria provindos da elite política e econômica imperial. Portanto, embora seja possível localizar algumas críticas tecidas a questões estruturais que marcaram a história do Brasil Império, por exemplo, à escravidão, à grande propriedade e à agricultura monocultura e exportadora, elas não são radicais e não buscam resolver profundamente os problemas que localizam. Para fazer uma analogia, no varejo, elas propõem melhoramentos gerais que supostamente dariam conta de equacionar os

problemas que localizam, mas, no atacado, elas são conciliadoras em seus conteúdos e propostas.

Quanto à repetição de temas, de problemas, de propostas e de suas explicações ao longo do oitocentos, vale ressaltar que ela não acontecia por acaso. Por consequência, conhecer a sua história e fundamentos é importante para conhecer a sociedade em que foi produzida e os grupos sociais que a produziram. De acordo com Alfredo Wagner Berno de Almeida, que analisou esta questão relativamente a província do Maranhão no século XIX, na repetição constante de temas, problemas e palavras as autoridades governamentais e os intelectuais que escreviam sobre a agricultura na época, buscavam percorrer “um terreno comum” e, sobretudo, “fixar termos e expressões que asseguram a ilusão da certeza e da exatidão, mesmo quando são maiores as incertezas e o desconhecimento”. A repetição, desse modo, atua no sentido de construir um “léxico, considerado apropriado aos documentos”. Além disso, é eficaz em produzir crenças, visto que “fixa palavras ou expressões consideradas ‘chaves’ ou que sempre se supõe capazes de traduzir a ‘situação real’”.²⁹

Por consequência, a repetição também atua visando construir a realidade e sua reprodução, por meio da produção de interpretações sobre ela. Dessa maneira, tem papel importante na perspectiva de dar solidez e produzir justificativas às estruturas sociais. Nesse processo é relevante lembrar o destaque que foi feito ao final do tópico anterior: a força de construção, de desconstrução e de ordenação do mundo que a repetição e seu léxico de palavras mobiliza independe somente do discurso e dos termos que articula, mas está intimamente conectada aos poderes e capitais mobilizados por aqueles (grupos, classes, indivíduos) que as pronunciam.³⁰ Entender essa característica ajudará a compreender as diferenças existentes, principalmente no que diz respeito aos resultados, entre os processos postos em curso e voltados ao aperfeiçoamento da agricultura em meados do século XIX e do XX.

²⁹ ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. *Op. Cit.*, p. 64.

³⁰ Ver: BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas linguísticas**: o que falar quer dizer. São Paulo: Edusp, 2008.

A longa história da modernização da agricultura no Brasil: conflitos e diásporas

A avaliação de que a agricultura brasileira estava atrasada e a repetição constante desse “mantra” não se encerra com o século XIX. Pelo contrário, ela toma novos conteúdos, endereços e significados ao longo do século XX, mas não abandona totalmente algumas explicações e descrições que vinham sendo utilizadas há muito tempo. Isso não significa que nada tenha sido alterado, na verdade muita coisa mudou, a bibliografia e as próprias fontes indicam que a agricultura praticada no Brasil no final do século XIX era mais dinâmica e produtiva do que era no início do século.³¹

Assim sendo, a agricultura brasileira no século XIX era mais complexa do que o discurso do atraso dá a entender. Estava longe de ser a mais pujante do mundo, pois havia mantido muitas técnicas e práticas que tranquilamente, quando comparadas com a agricultura praticada em outros contextos e, neste caso, o ponto de referência geralmente era a Europa ou os Estados Unidos, poderiam ser definidas como atrasadas, mas tinha lá suas particularidades e dinamismos.³² Todavia, ainda que não seja possível desenvolver o argumento em todas as suas consequências, é importante destacar que a perspectiva então veiculada sobre a agricultura fora do país, mas detidamente nas ditas “nações civilizadas”, não passava de uma visão idealizada e generalizante sobre o que era agricultura nestes locais. Na verdade, os debates sobre o atraso da agricultura, sua presença e a necessidade de sua superação também encontravam lugar nestes contextos.³³

De qualquer modo, entre idas e vindas, tentativas e resultados escassos, mudanças mais impactantes relativamente a esta questão, a contar do final do século XIX, ainda demorariam mais de meio século para acontecer. Não será possível acompanhar e descrever nos limites deste artigo as vicissitudes que caracterizaram

³¹ Ver: DOMINGUES, Heloíse Maria Bertol. As ciências naturais e a construção da nação brasileira. **Revista de História**, São Paulo, n. 135, p. 41-60, 1996.

³² FREITAS FILHO, Almir Pita. Tecnologia e escravidão no Brasil. Aspectos da Modernização agrícola nas Exposições Nacionais da segunda metade do século XIX (1861-1881). **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 11, n. 22, p. 71-92, 1991.

³³ Para aprofundar o debate sobre esta questão em relação aos Estados Unidos, ver: CHAPLIN, Joyce E. **Na Anxious Pursuit: agricultural innovation e Modernity in the Lower South, 1730-1815**. Omohundro Institute and University of North Carolina, 1993.

os diferentes períodos da história do Brasil ao longo destes dois séculos. Entretanto, seguindo a trilha aberta por Linhares e Teixeira na década de 1980, mesmo diante do risco de cair em certos e possíveis anacronismos, considero que a comparação entre os processos que marcaram o meado do século XIX e o meado do século XX é pertinente e profícua. Ela possibilita construir entendimentos sobre a história da agricultura brasileira suas mudanças e permanências.

Assim, é possível afirmar sem grandes margens de erro que até a década de 1960, embora existentes, as tentativas e projetos executados para aperfeiçoar a agricultura brasileira ofereceram resultados pequenos e esparsos, mas isto não os torna menos importantes. Nesse sentido, devido a sua importância e repercussão, vale ressaltar as ações realizadas pelo Estado no período Vargas (1930-1945) e durante o governo Kubitschek (1956-1961). No primeiro caso, ganha destaque a constituição de uma série de escolas, institutos e instituições voltados ao aperfeiçoamento da agricultura e da produção de determinados gêneros, bem como para a formação de quadros técnicos para atuar nesse setor, especialmente engenheiros agrônomos.³⁴ Embora esse esforço não tenha sido lá uma grande novidade, pois nas décadas finais do Império também é possível localizar algo semelhante, a amplitude que ganhou na era Vargas foi bastante significativa. Do mesmo modo, nesse período, se destaca o desenvolvimento da política de “Marcha para o Oeste”, a partir da qual os chamados “vazios demográficos” se tornaram objeto de atenção especial.

Assim, quando analisados no longo prazo, percebe-se que o conjunto das medidas desenvolvidas desde o século XIX foram fundamentais no sentido de preparar o terreno para que os processos postos em curso na época da ditadura alcançassem resultados mais efetivos. Nessa mesma linha, também indicam um certo padrão de desenvolvimento da agricultura brasileira ao longo do tempo, o qual tem como um dos seus principais traços a concentração fundiária, a desigualdade social, o conflito e o papel relevante exercido pela existência de regiões de fronteira agrária no país.

³⁴ MENDONÇA, Sonia Regina de. **Estado e Educação Rural no Brasil: alguns escritos**. Rio de Janeiro: Vício de Leitura: Faperj, 2007 e *Idem*. **Agronomia e Poder no Brasil**. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1998.

Relativamente a este último traço, convém registrar que historicamente a transferência de pessoas em direção a estas regiões tem sido utilizada como recurso para lidar com os conflitos sociais que afligem o campo.³⁵ Por seu turno, no bojo disso tudo, está a execução de medidas e a tomada de providências voltadas, a depender do período (século XIX ou XX), a melhorar ou a modernizar a agricultura. Ações que historicamente vem sendo articuladas em torno da premissa de que as mudanças são necessárias, mas desde que executadas de modo a manter esse padrão de desenvolvimento, lento e desigual.

Todavia, mudanças importantes aconteceram. Se no século XIX constatamos a existência de vozes isoladas, geralmente de homens inspirados no liberalismo, como o caso de André Rebouças que questionava a grande propriedade e, inclusive, sugeria a sua subdivisão; ao longo do século XX este tipo de crítica alcança novos espaços e direcionamentos, assim como conteúdos mais completos e radicais. Dessa forma, movimentos sociais, processos de resistência, sindicatos rurais, partidos políticos e questionamentos mais contundentes em relação a realidade agrária brasileira passam a ganhar em organização e a ter maior amplitude, inclusive dentro das universidades.³⁶ Muitas dessas ações se articulam no sentido de exigir, por parte das autoridades governamentais e da sociedade como um todo, o reconhecimento dos problemas históricos que desde há muito tempo vinham impactando o mundo rural no país.³⁷

Do sul ao norte do Brasil, desde o final do século XIX, é possível encontrar exemplos desses movimentos e acontecimentos, lastreados em diferentes motivos, mas que tinham o problema da concentração fundiária por origem e foco: Canudos na Bahia (década de 1890), Contestado em Santa Catarina (década de 1910), Cangaço no nordeste (primeiras décadas da República), Ligas Camponesas em Pernambuco (década de 1940), Revolta de Porecatu no Paraná (década de 1940 e

³⁵ MARTINS, José de Sousa. **Fronteira**: a degradação do humano nos confins do mundo. São Paulo: Contexto, 2009.

³⁶ Ver: WELCH, Clifford Andrew. Movimentos sociais no campo até o golpe militar de 1964: a literatura sobre as lutas e resistências dos trabalhadores rurais do século XX. **Lutas & Resistências**, Londrina, v. 1, p. 60-75, set. 2016.

³⁷ Ver: MEDEIROS, Leonilde Servolo. O Regime Empresarial-militar e a Questão Agrária no Brasil. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **O Brasil Republicano**: o tempo do regime autoritário. Ditadura Militar e redemocratização. Quarta República (1964-1985). Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2003. p. 179-207.

1950), Trombas e Formoso em Goiás (década de 1950), Revolta dos Posseiros no Paraná (década de 1950), organização do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MASTER) no Rio Grande do Sul (década de 1960), constituição do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra do Oeste (MASTRO) no Paraná (década de 1980), criação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no Brasil (década de 1980), dentre outros.³⁸

Em tal caminhada, a realização da reforma agrária se tornou a palavra de ordem da maior parte desses movimentos. Por sua vez, o combate a ela passou a ser um dos principais objetos a ordenar as ações dos grupos dominantes agrários nacionais, organizados em seus sindicatos e entidades.³⁹ Assim, diferentemente do que ocorria no século XIX, onde temos a presença de um incipiente processo de organização desses grupos, mais diretamente dos representantes dos interesses da classe dominante agrária, no século XX, eles já estão mais articulados entre si e atuantes. Exercem maior influência em diferentes esferas da sociedade, tem vínculos poderosos com o Estado, com a Igreja e com o capital internacional, o que inclui outros Estados nacionais, grandes indústrias e corporações multinacionais.⁴⁰

Em consequência, as dinâmicas do mundo rural brasileiro no século XX tomaram novas características e proporções. Entre outras coisas, na medida em que o tempo avançou, os conflitos rurais ganharam em dramaticidade e alcance. Neste sentido, estudos que têm tratado de debater os processos que levaram a instauração da ditadura militar no Brasil têm pontuado que a proporção que os conflitos agrários vinham tomando na década de 1960, somada a algumas medidas propostas pelo Governo Federal, especialmente a realização de um série de reformas, inclusive a agrária, foram fatores importantes na e para a realização do golpe de 1964.⁴¹ Do mesmo modo, as análises sobre os processos que acompanharam a queda da

³⁸ Para aprofundar as discussões sobre este tema, ver: DEZEMONE, Marcus. Conflitos rurais no Brasil: breve exame no século XX. *Cantareira*, Niterói, v. 1, n. 1, p. 1-13, 2002.

³⁹ MEDEIROS, Leonilde Servolo de. *Op. Cit.*

⁴⁰ Ver: MENDONÇA, Sonia Regina de. **O Ruralismo Brasileiro**. São Paulo: Hucitec, 1997; *Idem*. **Estado e Classe Dominante Agrária no Brasil Pós 30**. Curitiba: Prismas, 2016; *Idem*. **O Patronato Rural no Brasil Recente**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010.

⁴¹ Ver: DREIFUSS, René Armand. **1964: a conquista do Estado. Ação política, poder e Golpe de Estado**. Petrópolis: Vozes, 1987; GRYNSPAN, Mário. A questão agrária no Governo Jango. *In*: FGV/CPEDOC. **A trajetória política de João Goulart**. Disponível em: https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/A_questao_agraria_no_governo_Jango. Acesso em 05/06/2020.

Monarquia e o estabelecimento da República no Brasil em 1889, demonstram que a elite rural brasileira, especialmente os grandes produtores de café, tiveram papel de destaque nesse processo. Em linhas gerais, nesses dois momentos, os grupos dominantes, especialmente a “fração agrária da classe dominante brasileira”, agiam movidos pelo ímpeto de garantir a conservação de seus privilégios, a permanência das estruturas sociais e, sobretudo, para evitar que algumas pautas mais radicais que andavam difusas se fortalecessem.⁴²

Outra mudança importante quando comparamos a realidade agrária do Brasil do século XIX e a do XX, diz respeito a questão da fronteira agrária. Ainda que boa parte das terras brasileiras não haviam sido incorporadas, especialmente da região Centro-Oeste e Norte do país, algumas regiões (Sul, Sudeste e Nordeste), na medida em que o século XX avançou, passaram a conhecer aumentos no seus índices de densidade demográfica que, por sua vez, não eram acompanhados pela subdivisão da grande propriedade.

Fenômeno que ganhou contornos particulares e se fez muito presente nas regiões para onde, durante o século XIX, o movimento de imigração e colonização foi direcionado, principalmente nos estados do Sul do Brasil. Todavia, também pode ser verificado em outros contextos em que a política de colonização não obteve os mesmos desenvolvimentos, como é o caso da região Nordeste.⁴³ Estes locais, alguns mais cedo outros mais tarde, mas mais densamente a partir de meados do século XX, passaram a ver as suas populações se envolverem em movimentos de migração que ganharam várias direções e direcionamentos: rural-rural, rural-urbano, urbano-rural, urbano-urbano. Esses deslocamentos também ultrapassaram as fronteiras nacionais e, entre as décadas de 1950 e 1970, é possível encontrar registros do

⁴² Ver: COSTA, Emília Viotti. **Da Monarquia à República. Momentos Decisivos**. São Paulo: Unesp, 1999; URBINATI, Inoã Pierre Carvalho. **Ideias e projetos de reforma agrária no final do Império (1871-1889): uma análise de seu sentido político e social**. 2008. Dissertação (Mestrado em História Política) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

⁴³ Ver: HEREDIA, Beatriz Alasia de. **Formas de Dominação e espaço social. A modernização da agroindústria canavieira em Alagoas**. São Paulo: Marco Zero; Brasília: MCT/CNPq, 1988; VELHO, Otávio Guilherme. **Capitalismo autoritário e campesinato. Um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento**. São Paulo: Difel, 1979; *Idem*. **Frentes de expansão e estrutura agrária. Estudo do processo de penetração numa área da transamazônica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1972; GARCIA JR., Afrânio Raul. **O Sul: caminho do roçado**. São Paulo: Marco Zero, 1989; LACERDA, Franciane Gama. **Migrantes cearenses no Pará. Faces da sobrevivência (1889/1916)**. Belém: Editora Açai, 2010.

aumento significativo na imigração de populações rurais brasileiras para outros países seguindo lógicas tão diferenciadas quanto aquelas que ordenaram os processos migratórios internos.⁴⁴

Todo esse movimento é acompanhado pelo crescimento na proporção dos conflitos agrários e, uma das respostas articuladas, foi a da modernização. A perspectiva era a de que modernizar a agricultura brasileira, retirá-la do “atraso” em que historicamente se encontrava, seria suficiente para equacionar os problemas que o país vinha enfrentando. Por meio da modernização da agricultura objetivava-se garantir o aumento nos índices da produção agrária e proporcionar alternativas para a expansão da empresa rural capitalista no campo, via estabelecimento dos então chamados Complexos Agroindustriais. Somado a isso, esperava-se que o aumento da produtividade agrícola contribuiria para o desenvolvimento industrial no Brasil. Entre outras coisas, ela deveria garantir preços mais baixos aos itens fundamentais para sobrevivência dos trabalhadores, proporcionando, assim, que os custos da mão de obra permanecessem a níveis bastante baixos. Do mesmo modo, apostava-se que a transferência de trabalhadores do campo para a cidade, a qual seria consequência da tecnificação do trabalho na agricultura, na ponta do processo, redundaria no aumento do número de pessoas disponíveis no mercado de trabalho.⁴⁵ Por sua vez, todas essas propostas estavam articuladas a uma política de criação de grandes cooperativas mercantis e também de financeirização da agricultura.⁴⁶

⁴⁴ Na região Sul do Brasil este fenômeno está muito presente nas regiões fronteiriças com o Paraguai, ver: BÓGUS, Lúcia Maria Machado. **De brasileiros a brasiguaios. A imigração brasileira para o Paraguai a partir dos anos 1970**. 2009. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009; BALLER, Leandro. **Fronteiras e fronteiriços: a construção das relações sociais e culturais entre brasileiros e paraguaios**. 2014. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2014.

⁴⁵ Ver: NETO, Wenceslau Gonçalves. **Estado e agricultura no Brasil: política agrícola e modernização econômica brasileira (1960-1980)**. São Paulo: Hucitec, 1997; SILVA, José F. Graziano da (coord.). **Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1978; ABRUMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Edusp, 2007.

⁴⁶ Ver: MEDEIROS, Leonilde Servolo de. *Op. Cit.* Sobre o caso do cooperativismo empresarial, ver: ADAMY, Irene Spies. **Terra, poder e cooperativismo no oeste do Paraná: o caso da COOPAVEL**. 2019. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Unioeste, Marechal Cândido Rondon, 2019.

Alguns estudiosos têm destacado que a origem desse processo é posterior ao término da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) quando ocorrem mudanças importantes no padrão de desenvolvimento do capitalismo mundial.⁴⁷ Contudo, alguns outros verificam que já na década de 1930 é possível localizar a presença de movimentos voltados a modernização da agricultura, os quais tomaram contornos mais precisos no após Segunda Guerra e ganharam em proporção e eficiência na década de 1970 com o advento da Revolução Verde.⁴⁸ Por sua vez, a perspectiva desse artigo é demonstrar que, quando analisada a partir da experiência vivida pelas pessoas que mais diretamente se envolveram e viveram muito diretamente os impactos da modernização da agricultura, o fenômeno como um todo se insere numa processualidade mais ampla. Não é o caso aqui de estabelecer uma origem para ele – nova ou “mais correta” –, mas de analisá-lo a partir de uma perspectiva comparativa e histórico-temporal mais abrangente.

De qualquer modo, foi no após Segunda Guerra Mundial que o processo tomou velocidade e contornos mais bem definidos. Nesse contexto, embora experiências tenham sido realizadas em diferentes lugares do país, foi na região centro-sul em que elas ganharam maior amplitude, de modo especial no Rio Grande do Sul e mais detidamente ainda nas regiões em que, durante o século XIX e as primeiras décadas do XX, haviam sido palco das políticas de imigração e colonização. Entre os fatores que explicam esse direcionamento estão as questões geográficas e climáticas, pois o pacote tecnológico da modernização inicialmente “não estava preparado para atuar em todo o território brasileiro”, uma vez que era composto por equipamentos e insumos elaborados para agricultura de climas temperados.⁴⁹ Além disso, devido a história de sua ocupação, a região Sul também oferecia condições propícias do ponto de vista político, econômico e social para implementação do projeto.⁵⁰

Todavia, no Rio Grande do Sul, a chamada modernização da agricultura teve um desenvolvimento mais veloz e acentuado no “Planalto Gaúcho”. Espaço

⁴⁷ BRUM, Argemiro Jacob. *Op. Cit.*, p. 71.

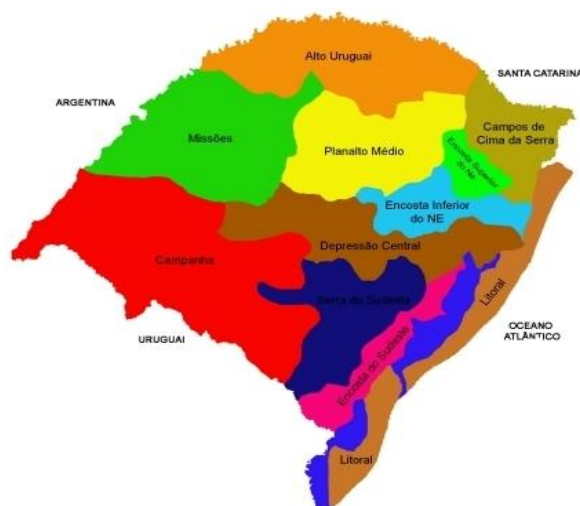
⁴⁸ ALVES, Clovis Tadeu. **A Revolução Verde na mesorregião Noroeste do Rio Grande do Sul (1930-1970)**. Porto Alegre: Letra & Vida, 2013.

⁴⁹ *Ibidem*. p. 73.

⁵⁰ BRUM, Argemiro Jacob. *Op. Cit.*

territorial situado entre os municípios de “Passo Fundo e São Borja, compreendendo as regiões fisiográficas do Planalto Médio, Missões e Alto Uruguai”⁵¹ (ver mapa abaixo). Além disso, conheceu um rápido movimento de disseminação, sendo que na década de 1970 “se expandiu rapidamente, atingindo outras regiões do Rio Grande do Sul, também o Paraná e o Mato Grosso do Sul, bem como avançou para outros estados.”⁵² Portanto, pode-se dizer que as regiões de colonização do Rio Grande do Sul, situadas ao norte/noroeste do estado, foram o palco principal onde a peça da modernização da agricultura fez uma das suas primeiras apresentações no Brasil e por onde ela mais rapidamente se expandiu.

REGIÕES FISIGRÁFICAS DO RIO GRANDE DO SUL



Fonte: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. Inventário Florestal Contínuo do Rio Grande do Sul. Disponível em: <http://coralx.ufsm.br/ifcrs/fisiografia.htm>. Acesso em 06/06/2020.

Assim e de início, as populações mais diretamente envolvidas nesse acontecimento, seus protagonistas principais, em grande medida foram imigrantes e descendentes de imigrantes. Indivíduos que em sua maioria haviam se estabelecido na região entre 1890 e 1920, visto que o referido “Planalto Gaúcho” foi uma das últimas regiões do estado a ser objeto das políticas de imigração e colonização.⁵³ Pessoas que vieram ao Brasil incumbidos de várias tarefas, sendo que

⁵¹ *Ibidem*, p. 12.

⁵² *Ibidem*, p. 71.

⁵³ ZARTH, Paulo Afonso. **História Agrária do Planalto Gaúcho (1850-1920)**. Ijuí: Unijui, 1997.

uma das fundamentais, segundo os princípios que orientavam a política de colonização do Estado Imperial, as quais não foram profundamente alteradas durante a República, era a de que os imigrantes iriam aplicar meios, técnicas e conhecimentos para o melhoramento e diversificação da agricultura brasileira.⁵⁴

Diante disso, chegamos a um dos possíveis vínculos entre a política de imigração e colonização desenvolvida pelo Império e a política de modernização da agricultura desenvolvida entre 1960 e 1980: em grande medida as pessoas que foram objeto da política de modernização nesse último período estavam histórica, direta ou indiretamente vinculados à política de colonização do Império.

Por sua vez, no que se refere ao tema da colonização, ao estudar o caso do Rio Grande do Sul, Paulo Zarth demonstra o quanto, na prática, os seus resultados foram diversos daquilo que foi projetado, especialmente no que diz respeito ao emprego de novas técnicas agrícolas por parte dos imigrantes. No geral, depois de estabelecidos nas colônias, eles passaram a adotar os métodos de cultivo tradicionalmente usados no Brasil.⁵⁵ Os motivos para isso eram variáveis, mas influenciava muito diretamente o fato de que a geografia, o clima, o tipo de solo e a localização das colônias dificultavam ou impossibilitavam o uso de métodos mais intensivos de exploração. Também atuava como fator a baixa densidade demográfica e a existência de uma fronteira agrária aberta que só começou a se fechar por volta da década de 1920. Momento em que os registros de pessoas saindo do Rio Grande do Sul passam a ser mais corriqueiros. Nessa época, o processo de ocupação das terras florestais do estado “está praticamente consolidado”. Além disso, restam “poucas áreas a serem comercializadas e as companhias de terra já abrem frente no oeste catarinense e no sudoeste do Paraná”.⁵⁶

Ainda de acordo com Zarth, outro fator que teve influência direta nesse processo foi a forma como a política de imigração e colonização foi manejada, pois foi orientada pela perspectiva do “transformar para preservar”. Desse modo, “a elite

⁵⁴ Sobre o tema, ver: MACHADO, Paulo Pinheiro. **A política de colonização do Império**. Porto Alegre: UFRGS, 1999; ZARTH, Paulo Afonso. **Do Arcaico ao Moderno**. *Op. Cit.* e SILVA, Marcio Antônio Both da Silva. **Babel do Novo Mundo: povoamento e vida rural no Rio Grande do Sul da Primeira República (1889-1925)**. Niterói: Eduff, 2011.

⁵⁵ ZARTH, Paulo Afonso. **Do Arcaico ao Moderno**. *Op. Cit.*

⁵⁶ ZARTH, Paulo Afonso. **História Agrária do Planalto Gaúcho**. *Op. Cit.*, p. 20.

gaúcha, formada pelos criadores de gado e charqueadores, tratou de manter intactas as estâncias pastoris, mas promoveu um processo de distribuição de terras florestais”. Terras que eram tanto de domínio público como privado e que foram destinadas aos imigrantes europeus “sob um sistema de pequenas propriedades familiares”.⁵⁷

A incorporação dessas áreas, via colonização, equacionava o problema estratégico da ocupação que historicamente vinha preocupando as autoridades governamentais em relação a província de São Pedro. Entretanto, também tinha um sentido mercantil, pois a agricultura praticada no âmbito das colônias poderia resolver “em grande parte o problema do abastecimento interno, sem desviar áreas e pessoal da pecuária tradicional”.⁵⁸ Na mesma toada, na medida em que a colonização se expandiu, ela também se “tornou um negócio lucrativo através da venda de terras e porque possibilitou uma forte acumulação nas mãos de comerciantes que realizavam a circulação da produção colonial.”⁵⁹ Assim, mesmo no Rio Grande do Sul, onde o problema maior não era a substituição da mão de obra escrava, o sentido da colonização imigrante foi o da manutenção das estruturas sociais, econômicas e políticas vigentes.

Articulado a toda essa história da colonização imigrante está também a história das populações que já viviam nas regiões em que as colônias foram instaladas (indígenas, caboclos e negros). Em realidade, elas foram preteridas quanto aos imigrantes e passaram a ser objeto de constantes expropriações, fato que deu um novo dinamismo aos conflitos agrários, os quais ganharam em proporção.⁶⁰ Porém, no decorrer do processo, os imigrantes e seus descendentes igualmente passaram a ser alvos dessas expropriações. As possibilidades de se manterem na terra se tornaram escassas ou inviáveis devido as constantes subdivisões de suas propriedades e ao fechamento da fronteira agrária no estado.

Esta característica já era visível no início do século XX, quando as autoridades do Rio Grande do Sul, que gerenciavam a política de terras e colonização, além de

⁵⁷ ZARTH, Paulo Afonso. **Do Arcaico ao Moderno**. *Op. Cit.*, p. 33.

⁵⁸ *Ibidem*.

⁵⁹ *Ibidem*.

⁶⁰ SILVA, Marcio Antônio Both. **Caboclos e Colonos: encontros, ocupação e conflitos nas matas do Rio Grande do Sul (1850-1889)**. Curitiba: Prismas, 2016.

registrarem o aumento na saída de pessoas em direção a outros territórios, passaram a indicar a existência de uma quantidade significativa de “intrusos” vivendo no estado. Trata-se de pessoas que haviam se estabelecido em terras de domínio público e privado sem a intermediação das autoridades competentes ou desrespeitando a legislação em vigor. A maioria deles, segundo as fontes, era constituída por “agricultores de origem estrangeira”,⁶¹ ou seja, descendentes de imigrantes. Assim, acompanhado essa caminhada chegamos ao meado do século XX, quando a situação nas regiões de colonização do Rio Grande do Sul está praticamente insuportável e em que a proposta da modernização da agricultura ganha terreno e passa a ser experimentada.

Todavia, o projeto de modernização não foi desenvolvido isoladamente, pois o seu sucesso passava pela realização de medidas mais imediatas que deveriam ter o fito de resolver as questões que há tempos estavam em curso, especialmente a da luta pela terra. Nessa perspectiva, juntamente com o desenvolvimento do projeto de modernização da agricultura, que na época da Ditadura Militar (1964-1980) se tornou política oficial do Estado,⁶² também são tomadas providências direcionadas a realizar a transferência das populações que estavam “sobrando” em determinadas regiões do Brasil para outras em que, segundo a leitura oficial, careciam de pessoas.

Programa que ficou conhecido pelo seu slogan “terra sem gente para gente sem terra”, o qual articulava o Plano de Integração Nacional que vigorou entre 1964 e 1973. Sua meta era incentivar e “iniciar um fluxo migratório desde as zonas do Nordeste, castigadas pela seca, e do Sul onde iniciou-se a modernização no campo”.⁶³ Vale lembrar que a política de “Marcha para o Oeste” desenvolvida no governo Vargas se movia por princípios semelhantes, contudo, devido a fatores que serão apresentados a seguir, não foi tão eficaz quanto a experiência desenvolvida na época

⁶¹ GONÇALVES, Carlos Torres. Relatório da Diretoria de Terras e Colonização. In: PAROBÉ, João José Pereira. **Relatório da Secretaria de Estado dos Negócios das Obras Públicas, apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Antônio Augusto Borges de Medeiros, Presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pelo Secretário de Estado, João José Pereira Parobé, em 25 de agosto de 1914.** Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Livraria do Comércio, 1914. p. 110-111.

⁶² GONÇALVES NETO, Wenceslau. *Op. Cit.*

⁶³ ROMERO, Zeus Moreno; BOTELHO, Anny Caroline de Carvalho; MARQUES, Ivana Aparecida da Cunha. “Terra sem gente para gente sem terra”: a migração paranaense para Amazônia durante Ditadura Civil-Militar (1964-1985). In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA, 8., 2017, Maringá. **Anais [...]**. Maringá: [S. n.], 2017. p. 2445.

da ditadura militar. Princípios que, por seu turno, não eram muito diversos daqueles que orientavam a política de imigração e colonização do Império, especialmente em relação as províncias do sul do Brasil.

Entre outros, o objetivo do Plano Nacional de Integração era, por meio da transferência da “gente sem terra” para “terras sem gente”, controlar os conflitos agrários que vinham tomando dimensões e importância políticas significativas em algumas regiões do Brasil e, ao mesmo tempo, integrar mais detidamente vastos territórios a economia nacional. Entretanto, o problema que estava na base da questão, isto é, da existência de pessoas sem terra no Nordeste e no centro-sul do Brasil não era necessariamente climático, de falta de terras ou da modernização. Em realidade, terras existiam nestas regiões, mas estavam concentradas nas mãos de algumas poucas pessoas, sendo que devido a isso e a forma como o projeto de modernização foi executado, o número de desapropriados aumentou ainda mais. Por consequência, também os conflitos.⁶⁴

Nessa caminhada, milhares de pessoas que tinham vínculos diretos e indiretos com a política de imigração do Império. Que conformavam a primeira, a segunda ou, quando muito, a terceira geração de descendentes dos imigrantes, tiveram participação direta nos processos desencadeados a partir de 1960. Além disso, era composta pelos grupos (caboclos, negros e indígenas) que foram expropriados devido ao desenvolvimento e execução das políticas de colonização.

Nessa perspectiva, se “o processo de modernização da agricultura no Brasil teve início no Planalto Gaúcho, logo após o término do segundo grande conflito mundial, já dentro da nova estratégia do imperialismo monopolista e oligopolista”⁶⁵ e se, naquela quadra histórica, a “Revolução Verde foi o carro-chefe da modernização da agricultura no mundo, conseqüentemente também do Brasil”,⁶⁶ a região do planalto do Rio Grande do Sul e seus habitantes foram um dos primeiros grupos a sentirem os impactos e a conhecerem os significados da Revolução Verde no Brasil.

⁶⁴ MARTINS, José de Souza. **Expropriação e violência. A questão política no campo.** São Paulo: Hucitec, 1980.

⁶⁵ BRUM, Argemiro Jacob. *Op. Cit.*, p. 11.

⁶⁶ *Ibidem.*

Por seu turno, dando sequência a essa lógica, uma parte importante dos expropriados desse processo formaram o contingente de migrantes que partiram rumo a outros territórios da federação (especialmente estados do Centro-Oeste e Norte do Brasil), mas também em direção a outros países. Em consequência, consigo levaram os conhecimentos e práticas agrícolas aprendidos e apreendidos no processo de modernização, com destaque para o cultivo da soja, ainda hoje o principal produto realizado pela agricultura brasileira em suas mais diferentes regiões.⁶⁷

Essa é, em síntese, um pouco da história da modernização da agricultura e de algumas de suas vinculações com processos que aconteceram na segunda metade do século XIX. Há muitos outros aspectos que poderiam ser desenvolvidos no sentido de entender os meandros dessa história, contudo, não será possível desenvolvê-los no contexto deste artigo. De qualquer modo, antes de finalizar, ainda é importante destacar algumas características da modernização da agricultura que ajudam a entender os motivos pelos quais, comparativamente aos processos desencadeados no meado do século XIX, ele foi mais exitoso em seus efeitos e realizações.

Como vimos, nesses dois momentos a principal semelhança é a de que as providências tomadas se caracterizaram pelo entendimento de que as mudanças eram importantes, mas não deveriam alterar profundamente a estrutura agrária, especialmente garantir que a grande propriedade seria mantida. Do mesmo modo, as mudanças que aconteceram nos dois momentos tinham por razão as transformações que afetaram o padrão de desenvolvimento do capitalismo mundial. Dessa maneira, buscavam garantir a participação do Brasil, ainda que subordinada, nessas mudanças. Quanto à principal diferença, a análise comparativa entre esses dois momentos históricos distintos e donos de particularidades próprias, indica que ela está localizada na maior sistematização e delineamento obtido pela política agrária da ditadura militar.

Assim, diferentemente daquilo que aconteceu no século XIX e que está muito visível na atuação um tanto dispersa e desarticulada do Ministério dos Negócios da

⁶⁷ Ver: MEDEIROS, Leonilde Servolo de. *Op. Cit.*

Agricultura, Comércio e Obras Públicas em relação a alguns assuntos, característica que redundou em baixos níveis de eficiência das medidas então aplicadas,⁶⁸ a ditadura militar não economizou esforços e recursos na busca de realizar a implementação de seu projeto. Da mesma maneira, não se poupou de muitas vezes usar a violência para garantir livre passagem de seus interesses, dos grupos que representava e dos objetivos que almejava alcançar.⁶⁹

Aliado a isso, o desenvolvimento desse processo envolveu, de forma bastante inédita comparativamente a períodos anteriores, um universo todo complexo de articulações, projetos e práticas que interligavam diferentes setores (agrário e industrial) e entidades da sociedade brasileira. Inclusive contava com a participação de diversas corporações multinacionais, transnacionais, agências e programas privados e estatais, tais como: Fundação Rockefeller e Ford, Aliança para o Progresso, Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento (USAID), Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), Escritório Técnico de Agricultura (ETA), Associação Americana Internacional (AIA), Banco Mundial, Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR), dentre outros.⁷⁰

Essa teia de relações e interligações se estendia para os diferentes rincões do Brasil. Assim, seja por meio do extensionismo rural promovido pelo Estado,⁷¹ pela atuação dos Clubes 4S,⁷² pelo ensino rural, pelo cinema e pela propaganda veiculada em diferentes meios (imprensa periódica, televisão e rádio),⁷³ seja pela atuação de

⁶⁸ Ver: GABLER, Louise. *Op. Cit.*; LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. **História político-administrativa da agricultura brasileira (1808-1889)**. Niterói: UFF, 1972; AMARAL, Luís. **História geral da agricultura brasileira. No triplice aspecto: político-social-econômico**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1958.

⁶⁹ COMISSÃO CAMPONESA DA VERDADE. **Relatório final violações de direito no campo (1946 a 1988)**. Brasília: Comissão Camponesa da Verdade, 2014.

⁷⁰ Ver: DREYFUSS, Rene Armand. *Op. Cit.*; SILVA, Claiton Márcio da. **Agricultura e cooperação internacional: a atuação da American International Association for economic and social development (AIA) e os programas de modernização no Brasil (1946-1961)**. 2009. Tese (Doutorado em História das Ciências) – Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2009.

⁷¹ Ver: MENDONÇA, Sonia Regina de. Extensionismo Rural e Hegemonia Norte-Americana no Brasil da Década de 1950. In: SIMPÓSIO NACIONAL ESTADO BRASILEIRO: HEGEMONIA, 5., 2008, Niterói. **Anais Eletrônicos [...]**. Niterói: Vício de Leitura, 2008. p. 01-16.

⁷² WOLFART, Cíntia. **“O novo já nasce velho”**: os Clubes 4-S e a modernização da agricultura no Oeste do Paraná (1950-1980). 2017. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2017.

⁷³ GERHARDT, Marcos; NEDEL, Rossana Petry. Uma história ambiental da modernização da agricultura no Noroeste do Rio Grande do Sul. In: ANDRIOLI, Antônio Inácio. **Tecnologia e agricultura familiar. Uma relação de educação**. Ijuí: Unijuí, 2009. p. 77-114.

autoridades locais (religiosos, políticos, professores, técnicos agrícolas e agrônomos, funcionários públicos, empresários, etc.) no contexto dos municípios⁷⁴ ou pelas migrações populacionais, o projeto de modernização se difundiu muito rapidamente pelo país.

Em síntese, no meado do século XX ocorreu um conjunto de articulações muito eficiente, que ultrapassava as barreiras nacionais e obteve enorme eficácia no cumprimento de seus objetivos. Os grupos que estavam envolvidos nessas transações mobilizavam poderes e capitais (econômicos, culturais e sociais) fortes o suficiente para fazer com que o conteúdo de seus discursos e projetos tivessem condições de interferir mais profunda e diretamente na produção da realidade. Evidentemente que isso também pode ser verificado no contexto do século XIX, mas não no nível de inter-relações e empenho que aconteceu na segunda metade do século XX.

Por sua vez, a documentação e as investigações produzidas sobre a modernização da agricultura no Brasil do meado do século XX, também têm demonstrado que o discurso do atraso da agricultura e dos agricultores brasileiros continuou presente, mas com nova força, novos conteúdos e, além disso, passou a ser direcionado a novos personagens. Nesse momento, os descendentes de imigrantes, mais detidamente aqueles que não atendiam as expectativas do projeto ou contra ele se rebelavam, passaram a engrossar a fileira dos ditos “atrasados”. Isso não significa que os preconceitos em relação aos caboclos, indígenas e negros tenha desaparecido, pelo contrário, se mantiveram muito presentes e atuantes.⁷⁵ Na mesma toada, o atraso e suas explicações tradicionais, algumas muito parecidas com aquelas que eram articuladas nas discussões que ocorreram no contexto do século XIX, continuaram ocupando papel importante nas argumentações elaboradas para justificar a modernização e também para explicar alguns de seus reveses.

Considerações finais

⁷⁴ SMANIOTTO, Marcos Alexandre. **A modernização conservadora na microregião Oeste do Paraná (1964-1979)**. 2016. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2016.

⁷⁵ ZARTH, Paulo Afonso; BONETI, Lindomar Wessler; LECHAT, Noëlle Marie Paule; GEHLEN, Ivaldo. **Os caminhos da exclusão social**. Ijuí: Unijuí, 1998.

O conjunto de situações apresentadas e analisadas ao longo deste artigo não aconteceram do dia para noite e envolveram disputas, negociações e conflitos, os quais, como busquei demonstrar, têm uma longa história no Brasil. Trata-se de uma história que é marcada por uma série de permanências, mas que não esteve isenta de conhecer mudanças significativas. Neste sentido, o objetivo principal desta análise foi demonstrar que muitas das transformações que aconteceram, em última instância, tinham como mote garantir condições para a permanência, para assegurar a reprodução das estruturas sociais. Assim, aspectos como a concentração fundiária, a expropriação de pessoas do seu acesso a terra, a exploração dos trabalhadores rurais, o preconceito em relação a determinadas populações rurais, seus saberes e práticas agrícolas, os altos índices de violência no campo, a monocultura e a destruição ambiental são algumas das permanências que podem ser verificadas ao longo dessa história. Por seu turno, ao lado delas estão as mudanças, expressas muito diretamente nas tentativas de melhorar (século XIX) ou modernizar (século XX) a agricultura brasileira.

Como busquei demonstrar, as políticas de modernização da agricultura desempenhadas pelos governos militares entre as décadas de 1960 e 1980 foram mais eficazes do que as políticas de melhoramento desenvolvidas pelo Império durante as décadas de 1860 e 1880. Entre outras coisas, porque no século XX houve uma maior articulação entre Estado e as classes dominantes (nacional e internacional) e uma maior coesão entre as metas do projeto e os meios a serem aplicados para sua execução. Além disso, quando a questão é analisada na “longa duração”, também é possível perceber que alguns dos processos voltados ao melhoramento da agricultura que marcaram a história do período imperial foram fundamentais para que o projeto de modernização alcançasse um impacto maior na sociedade brasileira como um todo no meado do século XX. Enfim, trata-se uma história em que a diacronia e a sincronia se fazem presentes de forma singular, em que a análise comparativa tem muito a revelar e sobre a qual muito ainda há o que se conhecer.

Referências Bibliográficas

ABROMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Edusp, 2007.

ADAMY, Irene Spies. **Terra, poder e cooperativismo no oeste do Paraná: o caso da COOPAVEL**. 2019. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2019.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **A ideologia da decadência**. Rio de Janeiro: Casa 8: Fundação Universidade do Amazonas, 2008.

ALONSO, Ângela. **Flores, votos e balas: o movimento abolicionista brasileiro (1868-1888)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

ALVES, Clovis Tadeu. **A Revolução Verde na mesorregião Noroeste do Rio Grande do Sul (1930-1970)**. Porto Alegre: Letra & Vida, 2013.

AMARAL, Luís. **História geral da agricultura brasileira. No tríplice aspecto: político-social-econômico**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1958.

BALLER, Leandro. **Fronteiras e fronteiriços**. 2014. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2014.

BARROS, José D'Assunção. História Comparada. Um novo modo de ver e fazer a história. **Revista de História Comparada**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 1-30, 2007.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand, 1989.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer**. São Paulo: Edusp, 2008.

BÓGUS, Lúcia Maria Machado. **De brasileiros a brasiguaios. A imigração brasileira para o Paraguai a partir dos anos 1970**. 2009. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2009.

BRASIL, Thomaz Pompeo de Sousa. **Memória sobre a conservação das matas, e arboricultura como meio de melhorar o clima da província do Ceará**. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 1997.

BRUM, Argemiro Jacob. **Modernização da Agricultura**. Petrópolis: Vozes, 1988.

CHAPLIN, Joyce E. **Na Anxious Pursuit: agricultural innovation e Modernity in the Lower South, 1730-1815**. Williamsburg: Omohundro Institute; Chapel Hill: University of North Carolina, 1993.

CHAVES, Antônio José Gonçalves. **Memórias ecônomo-políticas sobre a administração pública no Brasil**. Porto Alegre: Companhia União de Seguros, 1978.

COMISSÃO CAMPONESA DA VERDADE. **Relatório final violações de direito no campo (1946 a 1988)**. Brasília: Comissão Camponesa da Verdade, 2014.

COSTA, Emília Viotti. **Da Monarquia à República**. São Paulo: Unesp, 1999.

DEAN, Warren. **A ferro e fogo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DEZEMONE, Marcus. Conflitos rurais no Brasil: breve exame no século XX. **Cantareira**, Niterói, v. 1, n. 1, p. 1-13, 2002.

DOMINGUES, Heloíse Maria Bertol. As ciências naturais e a construção da nação brasileira. **Revista de História**, São Paulo, n. 135, p. 41-60, 1996.

DREIFUSS, René Armand. **1964: a conquista do Estado. Ação política, poder e Golpe de Estado**. Petrópolis: Vozes, 1987.

FARIA, Sheila de Castro. Modernização. *In*: VAINFAS, Ronaldo (dir.). **Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002. p. 537-539.

FRAGOSO, João Luís Ribeiro. A roça e as propostas de modernização na agricultura fluminense do século XIX: o caso do sistema agrário escravista-exportador em Paraíba do Sul. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 6, n. 12, p. 125-150, 1986.

FREITAS FILHO, Almir Pita. Tecnologia e escravidão no Brasil. Aspectos da Modernização agrícola nas Exposições Nacionais da segunda metade do século XIX (1861-1881). **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 11, n. 22, p. 71-92, 1991.

GABLER, Louise. **A Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas e a modernização do Império (1860-1891)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2012.

GARCIA JR., Afrânio Raul. **O Sul: caminho do roçado**. São Paulo: Marco Zero, 1989.

GERHARDT, Marcos; NEDEL, Rossana Petry. Uma história ambiental da modernização da agricultura no Noroeste do Rio Grande do Sul. *In*: ANDRIOLI, Antônio Inácio. **Tecnologia e agricultura familiar**. Ijuí: Unijuí, 2009, p. 77-114.

GONÇALVES, Carlos Torres. Relatório da Diretoria de Terras e Colonização. *In*: PAROBÉ, João José Pereira. **Relatório da Secretaria de Estado dos Negócios das Obras Públicas, apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Antônio Augusto Borges de Medeiros, Presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pelo Secretário de**

Estado, João José Pereira Parobé, em 25 de agosto de 1914. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Livraria do Comércio, 1914.

GRYNSPAN, Mário. A questão agrária no Governo Jango. *In: FGV/CPEDOC. A trajetória política de João Goulart.* Disponível em: https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/A_questao_agraria_no_governo_Jango. Acesso em 05/06/2020.

GUIMARÃES, Manuel Luís Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 1, 1988.

HEREDIA, Beatriz Alasia de. **Formas de Dominação e espaço social.** São Paulo: Marco Zero; Brasília: MCT/CNPq, 1988.

JUCÁ, Joselice. **André Rebouças reforma e utopia no contexto do Segundo Império.** Rio de Janeiro: Odebrecht, 2001.

LACERDA, Franciane Gama. **Migrantes cearenses no Pará. Faces da sobrevivência (1889/1916).** Belém: Editora Açai, 2010.

LAMBERG, Maurício. **O Brasil ilustrado com gravuras.** Rio de Janeiro: Tipografia Nunes, 1896.

LIMA, Sílvio César de Souza. Os filhos do Império Celeste: a imigração chinesa e sua incorporação a nacionalidade brasileira. *In: BIBLIOTECA NACIONAL DIGITAL. Rede Memória Virtual Brasileira.* Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/dossies/rede-da-memoria-virtual-brasileira/alteridades/imigracao-chinesa/>. Acesso em 11/06/2020.

LINHARES, Maria Yedda; TEIXEIRA, Francisco Carlos. **História da Agricultura Brasileira: combates e controvérsias.** São Paulo: Brasiliense, 1981.

LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. **História político-administrativa da agricultura brasileira (1808-1889).** Niterói: UFF, 1972.

LOURENÇO, Fernando Antonio. **Agricultura Ilustrada. Liberalismo e escravidismo nas origens da questão agrária brasileira.** Campinas: Unicamp, 2001.

MACHADO, Paulo Pinheiro. **A política de colonização do Império.** Porto Alegre: UFRGS, 1999.

MARTINS, José de Souza. **Expropriação e violência. A questão política no campo.** São Paulo: Hucitec, 1980.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira: a degradação do humano nos confins do mundo.** São Paulo: Contexto, 2009.

MEDEIROS, Leonilde Servolo. O Regime Empresarial-militar e a Questão Agrária no Brasil. *In*: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **O Brasil Republicano: o tempo do regime autoritário. Ditadura Militar e redemocratização. Quarta República (1964-1985)**. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2003, p. 179-207.

MENDONÇA, Sonia Regina de. **O Ruralismo Brasileiro**. São Paulo: Hucitec, 1997.

MENDONÇA, Sonia Regina de. **O Patronato Rural no Brasil Recente**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010.

MENDONÇA, Sonia Regina de. **Estado e Classe Dominante Agrária no Brasil Pós 30**. Curitiba: Prismas, 2016.

MENDONÇA, Sonia Regina de. Extensionismo Rural e Hegemonia Norte-Americana no Brasil da Década de 1950. *In*: SIMPÓSIO NACIONAL ESTADO BRASILEIRO: HEGEMONIA, 5., 2008, Niterói. **Anais Eletrônicos [...]**. Niterói: Vício de Leitura, 2008. p. 01-16.

MENDONÇA, Sonia Regina de. **Estado e Educação Rural no Brasil: alguns escritos**. Niterói: Vício de Leitura; Rio de Janeiro: Faperj, 2007.

MENDONÇA, Sonia Regina de. **Agronomia e Poder no Brasil**. Niterói: Vício de Leitura, 1998.

MOTTA, Márcia; GUIMARÃES, Elione. História social da agricultura revisitada: fontes e metodologia de pesquisa. **Diálogos**, Maringá, v. 11, n. 3, p. 95-117, 2007.

MOTTA, Márcia; MENDONÇA, Sônia Regina de. Modernização da agricultura. *In*: MOTTA, Marcia. **Dicionário da Terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 305-309.

NAVARRO, José Gregório de Moraes. **Discurso sobre o melhoramento da economia rústica do Brasil, pela introdução do arado, reforma das fornalhas, e conservação de suas matas**. Lisboa: Of. de Simão Thaddeo Ferreira, MDCCXCIX (1799).

NETO, Wenceslau Gonçalves. **Estado e agricultura no Brasil: política agrícola e modernização econômica brasileira (1960-1980)**. São Paulo: Hucitec, 1997.

PÁDUA, José Augusto. **“Um sopro de destruição”**: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

REBOUÇAS, André. **Agricultura Nacional. Estudos Econômicos**: propaganda abolicionista e democrática. Recife: Fundaj: Editora Massangana, 1988.

ROMERO, Zeus Moreno; BOTELHO, Anny Caroline de Carvalho; MARQUES, Ivana Aparecida da Cunha. "Terra sem gente para gente sem terra": a migração paranaense para Amazônia durante Ditadura Civil-Militar (1964-1985). *In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA*, 8., 2017, Maringá. **Anais [...]**. Maringá: [S. n.], 2017. p. 2444-2452.

SAMPAIO, Patrícia Melo. Política indigenista no Brasil Imperial. *In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (org.). O Brasil Imperial (1808-1889)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p. 175-206.

SILVA, Claiton Márcio da. **Agricultura e cooperação internacional**: a atuação da American International Association for economic and social development (AIA) e os programas de modernização no Brasil (1946-1961). Tese (Doutorado em História das Ciências) – Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2009.

SILVA, José F. Graziano da (coord.). **Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1978.

SILVA, Marcio Antônio Both da Silva. **Babel do Novo Mundo**: povoamento e vida rural no Rio Grande do Sul da Primeira República (1889-1925). Niterói: Eduff, 2011.

SILVA, Marcio Antônio Both da Silva. **Caboclos e Colonos**: encontros, ocupação e conflitos nas matas do Rio Grande do Sul (1850-1889). Curitiba: Prismas, 2016.

SMANIOTTO, Marcos Alexandre. **A modernização conservadora na microregião Oeste do Paraná (1964-1979)**. 2016. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2016.

SOARES, Sebastião Ferreira. **Notas estatísticas sobre a produção agrícola e carestia de gêneros alimentícios no Império do Brasil**. Rio de Janeiro: Tip. Imp. e Const. de J. Villeneuve e Comp., 1860.

TAUNAY, Carlos Augusto. **Manual do Agricultor Brasileiro**. Rio de Janeiro: Tipografia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve e Comp., 1839.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. **Inventário Florestal Contínuo do Rio Grande do Sul**. Disponível em: <http://coralx.ufsm.br/ifcrs/fisiografia.htm>. Acesso em 06/06/2020.

URBINATI, Inoã Pierre Carvalho. **Ideias e projetos de reforma agrária no final do Império (1871-1889)**. 2008. Dissertação (Mestrado em História Política) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

VELHO, Otávio Guilherme. **Capitalismo autoritário e campesinato**. São Paulo: Difel, 1979.

VELHO, Otávio Guilherme. **Frentes de expansão e estrutura agrária**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1972.

ZARTH, Paulo Afonso. **História Agrária do Planalto Gaúcho (1850-1920)**. Ijuí: Unijuí, 1997.

ZARTH, Paulo Afonso. **Do Arcaico ao Moderno: o Rio Grande do Sul agrário do século XIX**. Ijuí: Unijuí, 2002.

ZARTH, Paulo Afonso; BONETI, Lindomar Wessler; LECHAT, Noëlle Marie Paule; GEHLEN, Ivaldo. **Os caminhos da exclusão social**. Ijuí: Unijuí, 1998.

WELCH, Cliford Andrew. Movimentos sociais no campo até o golpe militar de 1964: a literatura sobre as lutas e resistências dos trabalhadores rurais do século XX. **Lutas & Resistências**, Londrina, v. 1, p. 60-75, 2016.

WILLIAMS, Raymond. **Palavras-chave**. São Paulo: Boitempo, 2007.

WOLFART, Cíntia. **“O novo já nasce velho”: os Clubes 4-S e a modernização da agricultura no Oeste do Paraná (1950-1980)**. 2017. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2017.

WOOD, Ellen Meiksins. **A origem do capitalismo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

Recebido: 12/07/2020
Aprovado: 11/11/2020